TL425

CONTRIBUIÇÄO PARA UMA DISCUSSÄO POLITICA / DEFINIÇÄO DE ESTRATEGIA E PROGRAMA PARA A CDPM EM 1989/90

I

1. Durante anos os dois principais objectivos da CDPM foram "tornar TL uma questäo nacional" e "criar a convicçäo de que a Resistência existe" (o que implicava, por um lado, um reconhecimento por parte dos orgäos de soberania e, por outro, a transformaçäo do sentimento popular dos "coitadinhos"). A nossa acçäo era sobretudo visualizada e exercida em Portugal.

2. Sem querer dizer que este programa está esgotado, creio que algumas condiçöes se modificaram. TL tornou-se uma questäo nacional, a Resistência tornou-se, publicamente, maior e vacinada, o Estado português criou alguns mecanismos políticos, diplomáticos e institucionais que permitiram ganhar certas posiçöes. Claro que estes avanços têm limitaçöes evidentes e, sobretudo, näo säo irreversíveis (por ex., o expectro da derrota diplomática pode fazer levantar novamente vozes patrióticas defensoras da "real politik").

3. No interior, a luta continua, sempre simultaneamente forte e frágil. As suas formas também se foram alterando: participaçäo significativa da juventude (näo esquecer que é uma outra geraçäo), dificuldades maiores para a luta armada, maior movimentaçäo nas zonas ocupadas, reajustamento político das forças de Resistência, papel relevante da Igreja.

4. A Indonésia näo anda a dormir. Apesar de alguns embaraços ou reveses políticos e diplomáticos, caminha sempre em frente: estratégia de abertura do território, vagas de repressäo para conter a contestaçäo, ofensiva diplomática com incidências internas a partir da visita do Papa. Interessante é o facto de TL se ter tornado "uma questäo" na imprensa indonésia e de, pela primeira vez, um indonésio ter tomado publicamente a defesa dos direitos humanos em TL (Princen).

II

Desta caracterizaçäo sumária retiro algumas conclusöes, sempre provisórias e eventualmente polémicas.

1. Todas estas situaçöes (a da Resistência, a da Indonésia e a de Portugal) encerram contradiçöes importantes näo resolvidas e säo, por isso, precárias. As incógnitas também säo muitas (sobretudo talvez quanto à evoluçäo na Indonésia). Por razöes diferentes, as três partes interessadas precisam, cada vez mais, de resolver o conflito, mas as posiçöes de princípio mantêm-se inalteráveis (o que quer dizer completamente opostas) por parte dos beligerantes e Portugal näo vê nenhuma saída possível.

2. A questão da "saída" parece-me central. Até agora era relativamente fácil insistir na necessidade de ganhar apoios para negociar em posição de força. Portugal conseguiu concitar alguns (em particular, CEE), mas é claro que são apoios fracos, de circunstância, pouco resistentes à passagem do tempo (a declaração da França na AG este ano é igual à da Grécia o ano passado) e nenhuma força política portuguesa quer chegar à Presidência dos 12, no primeiro semestre de 1992, com o dossier em aberto. Se não se vislumbrar uma solução aceitável por todas as partes, a desmobilização terá tendência a crescer rapidamente.

Por outro lado, interpreto algumas das recentes mensagens do interior (por ex., as críticas à ideologia que presidiu à FRETILIN, a insistência no futuro regime parlamentar de tipo ocidental, a negação da possibilidade de instauração de um governo "de esquerda", etc.) como uma tentativa quase diria "desesperada" para criar todas as condições possíveis a um apoio dos países influentes que levassem a Indonésia a aceitar uma negociação. Xanana propõe um plano de paz, mas segundo diz RR ele é "demasiado avançado" para as circunstâncias, a CN foi solicitada pelo MNE a apresentar linhas de força para um plano, ao fim de 6 meses estão a elaborar e (não sei) é capaz de ser "demasiado recuado" para as circunstâncias.

Até agora vi, da parte do poder, duas possibilidades de "solução": em Portugal há quem aposte na visita parlamentar como um meio de fechar honrosamente o negócio e esse parece ser também o pensamento do SG da ONU, por isso as negociações se têm centrado exclusivamente nisso desde há 2 anos, toda a iniciativa diplomática está subordinada a essa eventualidade e a AR bloqueou completamente; os americanos, por seu lado (e creio que os europeus também) veriam com bons olhos uma melhoria acentuada das violações de direitos humanos e uma abertura do território, provas dadas de que a 27ª província era igual às outras (pobrezinha mas honrada). Ambas as hipóteses têm os seus pontos fracos mais ou menos evidentes, mas alternativas é que não há.

Pensei a certa altura que o pedido de Mons. Belo ao SG para que se realizasse um referendum poderia ser um filão a explorar. Mas o homem é fraco, está a ser desautorizado pelo Vaticano, qualquer dia vai de castigo para uma paróquia na Patagónia e o próprio SG o põe de parte (foi Portugal que fez publicar a carta de Fevereiro como documento oficial das Nações Unidas e não o destinatário da dita...). Há alguma hipótese de andar por este caminho?

CONCLUSÃO 1 : **é urgente aprofundar a questão da "saída".**

3. Para preparar qualquer solução que respeite os direitos do povo maubere é preciso perceber a raiz do conflito. O que para mim explica a resistência da juventude, o apoio de alguns sectores aparentemente identificados com os ocupantes e as posições da Igreja local é o facto de se tratar de um conflito colonial clássico, com a importante diferença de os seus actores serem ambos do "Terceiro Mundo" e um deles nascido de uma luta anti-colonial e membro fundador dos Não-Alinhados. Neste caso, a

previsäo aponta para um näo abrandamento da discriminaçäo e o reforço das posiçöes dos colonialistas na sociedade timorense, o que deve querer dizer uma resistência sempre presente, sob variadas formas. Só que o contexto internacional näo é o mesmo de há 20 anos e onde outros começaram pela luta cultural/política e evoluiram para a luta armada aqui o movimento parece desenhar-se no sentido inverso (uma e outra näo se opöem, claro). Como tornar eficaz no plano diplomático a constataçäo da natureza colonial da questäo de TL?

Mais fácil é talvez, nos tempos que correm, insistir nas violaçöes dos direitos humanos, incluindo o direito à autodeterminaçäo. Suponho que o tema "direitos humanos" vai conhecer nos próximos anos um período fértil - como aproveitá-lo?

4. O precedente implica meterma-nos a fundo na batalha da informaçäo, melhorando dois pontos essenciais: a definiçäo das necessidades e prioridades quanto às diferentes "audiências" e uma maior capacidade de colher em todas as fontes.

5. A boa informaçäo permite-nos fazer "lobby". Em Portugal diria que a prioridade é pôr o Parlamento a mexer consequentemente, tentar comprometer "definitivamente" o actual PM e ir trabalhando o provável futuro PM.

Com a colaboraçäo de outros comités deveríamos saber penetrar todos os "fora" importantes e criar grupos/pessoas especializados. Penso que chegou o momento de dizer aos nossos amigos de outros países que Portugal precisa mais de apoios externos significativos do que de pressöes directas (quer dizer, a prioridade deles deve ser o "lobby" nos seus próprios países e näo as iniciativas dirigidas a Lisboa).

Pode estar próximo o momento de uma votaçäo na AG da ONU (no ano em que acaba o mandato deste SG? Logo que a Indonésia sentir que tem possibilidades?). Se a comunidade internacional abandonar o apoio a TL, será difícil manter o território na lista dos näo-autónomos. O interior näo ficará demasiado desmoralizado com o isolamento total?

Há que segurar determinados países e "tentar" outros. Os tradicionais apoiantes parece que se väo esfumando: Vanuatu, os 5 (aqueles que restam, ou restavam).

Penso que os parlamentares e a imprensa internacional säo as chaves para manter a questäo viva e penetrar quer na opiniäo pública quer nos diversos níveis de poder.

Temos também de nos preparar para um muito menor interesse e empenhamento das organizaçöes católicas (com honrosas excepçöes) no seguimento da visita do Papa (já as organizaçöes de desenvolvimento ligadas às Igrejas näo apareceram na última Consulta Cristä, em Bruxelas, que lhes era precisamente dedicada). E as consequências da visita do Papa em TL (desmobilizaçäo? politizaçäo e afastamento da Igreja? Divisäo entre as pessoas, entre a populaçäo e o clero, no seio do clero?).

6. Na Indonésia, e na política que definiu para TL, existe um grau elevado de contradições - que é necessário detectar e explorar. Um bom exemplo é a questão da "abertura", outro a incómoda posição do governador Carrascalão.

CONCLUSÃO 2 : vamos **FORTALECER AS NOSSAS POSIÇÕES e EXPLORAR AS CONTRADIÇÕES DO INIMIGO.**

Lisboa, 28 Set. 1989

Luísa